



A conversão foi amplamente discutida mas qualquer decisão só depende do governo

BC teria que transferir recursos

A conversão de parte da dívida externa brasileira em capital de risco não aumenta a poupança interna, mas vem sendo encarada como uma maneira de transferir recursos do setor público ao setor privado. Embora essa aspiração do empresariado não encontre muito eco no governo, ela acabou sendo a tônica do debate que reuniu ontem 108 dirigentes de empresas nacionais e multinacionais (inclusive bancos) no seminário da Câmara de Comércio Americana.

A conversão reivindicada pelo empresariado, e que em outra ponta tem os credores brasileiros como grandes interessados, diz respeito à dívida em poder do governo, que não repassou aos credores o pagamento dos financiamentos contrai- dos pelo setor privado, assumindo

como seu grande parte do débito. Assim, para possibilitar a conversão o Banco Central receberia os títulos da dívida trocando-os pelo equivalente em cruzados. Se por um lado o governo pouparia divisas, por outro acabaria tendo que emitir dinheiro para, viabilizar a conversão.

A hipótese de que esse processo acabaria exercendo pressão sobre a base monetária (quantidade de dinheiro em circulação), com fortes efeitos inflacionários, foi contestada tanto pelo ex-presidente do Banco Central no governo Figueiredo, Afonso Celso Pastore, como pelo economista Paulo Rabelo de Castro, da Fundação Getúlio Vargas. Eles alegam que o fluxo previsto para as conversões — entre um e dois bilhões de dólares

por ano — é perfeitamente administrável, “desde que haja um Banco Central eficiente”.

O presidente do Montreal Bank (um dos credores brasileiros), Pedro Leitão da Cunha se disse “órfão” de uma resposta do governo para seu projeto de conversão de 100 milhões de dólares, apresentando quando Dilson Funaro ainda comandava o ministério da Fazenda. “Os únicos recursos que existem hoje estão concentrados nas mãos do governo. A conversão da dívida é a única fonte de recursos para que as empresas privadas nacionais e multinacionais consigam implementar seus programas de expansão e modernização”, argumentou Pedro Leitão, prevendo sérias dificuldades para o setor privado a curto prazo.